



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1234/1993

Dispõe sobre a organização, o custeio e os benefícios de seguridade social dos servidores públicos municipais.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estrado de Minas Gerais, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei dispõe sobre o regime de seguridade social, que se aplica, na forma prevista, aos segurados.

Art. 2º A seguridade social, sustentada por contribuições do Município e do segurado, tem por fim garantir, nos termos da lei:

I – meios indispensáveis de manutenção ao segurado, nos casos de acidente em serviço, reclusão e aposentadoria;

II – assistência ao segurado e seus dependentes.

Art. 3º São princípios de seguridade social:

I – a participação no respectivo plano é obrigatória ou facultativa, nos termos da lei;

II – a base de cálculo dos benefícios é estabelecida segundo a atuária, em função de valores de contribuição do Município e do segurado, devidamente corrigidos;

III – o valor dos benefícios é irredutível;

IV – na gestão do Fundo de Seguridade Social é obrigatória a participação, no mínimo, paritária dos segurados, mediante representação.

TÍTULO II DO INSTITUTO MUNICIPAL DE SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I INTRODUÇÃO

Art. 4º Fica criado o Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS), como pessoa jurídica de direito público, de natureza autárquica, sem fins lucrativos, dotado de autonomia administrativa e financeira, e vinculado ao Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Compete ao IMSS o planejamento, a organização, a direção, a coordenação e o controle de execução do Plano de Seguridade Social, sob os critérios da atuária, zelando, sem prejuízo da compatibilidade dos recursos com os benefícios, pela consecução dos objetivos da seguridade social, relativamente aos seus benefícios.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

CAPÍTULO II DA ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO

Art. 5º A direção do IMSS será exercida por um coordenador, com atribuições executivas de livre escolha do Conselho Deliberativo, sem remuneração, e sua fiscalização será exercida por um Conselho Fiscal.

§1º As atribuições normativas de administração do IMSS incubirão a um Conselho Deliberativo, formado por 7 (sete) conselheiros e respectivos suplentes, nomeados pelo Prefeito Municipal, do seguinte modo:

a) 2 (dois) serão servidores públicos municipais estáveis, de livre escolha do Prefeito Municipal;

b) 1 (um) deverá ter a condição de servidor público municipal estável, de nível superior de escolaridade, de livre escolha do Presidente da Câmara Municipal;

c) 4 (quatro) conselheiros restantes serão escolhidos pelos servidores públicos municipais, em eleição direta, sendo 1 (um) representante do quadro do magistério municipal, 1 (um) dos inativos e 2 (dois) dos demais servidores.

§2º O Conselho Fiscal, com as atribuições de inspeção e fiscalização atuarial, financeira e contábil, será formado por 3 (três) membros representantes da Sociedade Civil, excluindo-se servidores públicos ativos, inativos e pensionistas assim escolhidos:

I – 1 (um) representante de livre escolha do Prefeito Municipal;

II – 1 (um) representante de livre escolha do Presidente da Câmara;

III – 1 (um) representante de livre escolha dos funcionários e servidores públicos municipais.

§3º Os membros do Conselho Deliberativo e Fiscal exercerão mandato de 2 (dois) anos, permitindo-se a sua recondução.

§4º Não será remunerado o exercício do cargo de Conselheiro ou de membro do Conselho Fiscal.

Art. 6º Mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês vencido, o Coordenador, sob pena de responsabilidade, fará publicar demonstrativo contábil da posição do IMSS, no qual, de modo especial, se consignarão os ingressos financeiros, segundo sua origem, e os benefícios concedidos.

Art. 7º Nenhum benefício poderá ser instituído pelo IMSS que não tenha a sustentá-lo prévio estudo e recomendação atuária.

Art. 8º Compete ao Conselho Deliberativo, entre outras atribuições constantes do Regulamento:

I – aprovar, por meio de resolução, as normas do IMSS observados esta lei e o respectivo Regulamento, e zelar por sua observância;

II – aprovar o Regimento Interno do IMSS, e suas modificações, a ser proposto pelo Coordenador, dispondo sobre a administração do Instituto, notadamente a organização, a administração de pessoal, as



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

licitações e contratos administrativos, elaboração e execução orçamentária, e os mecanismos de controle do ingresso de recursos e sua aplicação;

III – autorizar, pelo voto de 4 (quatro) de seus membros, no mínimo, a aplicação financeira dos recursos do Instituto, em instituição oficial, a ser proposta pelo Coordenador;

IV – encaminhar ao Prefeito Municipal, por intermédio do Coordenador, recomendações de alteração do Plano de Seguridade Social, a ser feita em lei:

V – aprovar, até o dia 30 de novembro de cada ano, a proposta orçamentária a ter vigência no exercício seguinte;

VI – examinar os relatórios e recomendações do Conselho Fiscal e determinar medidas.

Art. 9º Compete ao Coordenador:

I – administrar o Instituto, segundo esta lei e seu Regulamento, e as normas baixadas por seu Conselho Deliberativo;

II – zelar, de modo especial, pela compatibilização dos recursos com os benefícios de seguridade social, observados os cálculos atuariais;

III – elaborar e submeter ao Conselho Deliberativo:

a) o Regimento Interno do Instituto e suas modificações;

b) os critérios de aplicação financeira dos recursos do Instituto;

c) até o dia 30 de setembro de cada ano, proposta de orçamento para o exercício seguinte.

IV – encaminhar ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, até o dia 15 (quinze) de cada mês, o balancete, devidamente fundamentado, relativo ao mês anterior, e até o dia 20 (vinte) de janeiro de cada ano, o balanço, com os demonstrativos da receita e da despesa, do exercício anterior;

V – fornecer ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal, dentro de 10 (dez) dias, sob pena de responsabilidade, os dados, relatórios, documentos e informações por eles solicitados.

Art. 10. Compete ao Prefeito Municipal:

I – baixar o Regulamento desta lei e suas alterações;

II – nomear o Coordenador e os Conselheiros, nos termos desta lei;

III – homologar, uma vez aprovados pelo Conselho Deliberativo:

a) os critérios de aplicação financeira dos recursos do Instituto (Art. 9º, III, b);

b) o orçamento anual (Art. 9º, III, d).



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IV – repassar ao Instituto, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês, toda a contribuição recolhida dos servidores e a devida pelo Município, destinada ao custeio e expansão do Plano de Seguridade Social.

Art. 11. Ao Conselho Fiscal, órgão auxiliar do Conselho Deliberativo, compete:

I – exercer ampla e irrestrita fiscalização e controle do Instituto, em termos financeiros, contábeis, orçamentários e patrimoniais, por meio de verificação de documentos, auditorias, relatórios, balancetes e balanços gerais;

II – requisitar ao Coordenador documentos e informações pertinentes à sua competência;

III – elaborar relatórios, com recomendações fundamentadas, e submetê-los ao Conselho Deliberativo;

IV – representar ao Conselho Deliberativo sobre toda irregularidade que apurar, no âmbito de sua competência;

V – examinar a legalidade dos atos de concessão de benefício, baixados pelo Coordenador;

VI – manter sob rigoroso controle o recolhimento ao Instituto, pelo Prefeito Municipal, das quantias àquele devidas, nos termos desta lei.

CAPÍTULO III DO PATRIMÔNIO E RECEITA DO INSTITUTO

Art. 12. Constituem o patrimônio do Instituto seus bens e direitos, incluídos os de doação.

Parágrafo único. Além do produto das contribuições dos segurados, constituem receita da Seguridade Social:

- a) as multas, as parcelas de atualização monetária e os juros moratórios;
- b) a proveniente de prestação de serviços, aplicações financeiras e arrendamento de bens;
- c) as demais receitas patrimoniais e financeiras;
- d) as doações, legados, subvenções e outras receitas eventuais.

TÍTULO III DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

CAPÍTULO I DAS ESPÉCIES DE PRESTAÇÃO

Art. 13. O Plano de Seguridade Social compreende as seguintes prestações, traduzidas em benefícios e serviços:

I – quanto ao segurado:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

- a) aposentadoria por invalidez, idade ou tempo de serviço;
- b) auxílio-natalidade;
- c) abono-família;
- d) licença para tratamento de saúde;
- e) licença-maternidade;
- f) licença-adoção;
- g) licença-paternidade;
- h) licença por acidente em serviço.

II – quanto ao dependente:

- a) pensão por morte;
- b) auxílio-funeral;
- c) auxílio-reclusão.

CAPÍTULO II DOS BENEFÍCIOS EM FAVOR DOS SEGURADOS

Seção I Da Aposentadoria

Subseção I Introdução

Art. 14. O segurado será aposentado:

- I – por invalidez permanente;
- II – compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade;
- III – voluntariamente.

§1º Por efeito do ato de aposentadoria, o vencimento é substituído por provento, que é irredutível.

§2º Além do provento, o aposentado perceberá as vantagens permanentes, na forma da lei, às quais serão sempre especificadas, apartadamente do provento.

§3º O provento da aposentadoria será sempre revisto na mesma data e proporção em que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens, posteriormente concedidos aos servidores em atividade, mesmo quando



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

decorrente de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se tiver dado a aposentadoria, na forma da lei.

Subseção II **Da Aposentadoria por Invalidez**

Art. 15. Invalidez permanente determina a aposentadoria do segurado.

§1º Para efeito da aposentadoria de que trata este artigo, o segurado deverá ser declarado, em laudo médico, prévio e pormenorizadamente fundamentado, a cargo do IMSS, incapaz ou insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

§2º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§3º Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir a atividade ou de ser readaptado, o segurado será aposentado.

§4º O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como prorrogação da licença.

§5º A aposentadoria por invalidez vigorará a partir da data de sua publicação do respectivo ato.

§6º A aposentadoria por invalidez será mantida enquanto permanecer a incapacidade, nos termos do parágrafo 1º deste artigo.

§7º O segurado aposentado por invalidez submeter-se-á, sob pena de suspensão do pagamento dos proventos, à revisão médica obrigatória uma vez cada ano, ou em menor prazo, a critério do IMSS, no qual se apure a permanência dos fatores da incapacidade.

§8º A concessão da aposentadoria por invalidez independe da licença a que se refere o parágrafo 2º, quando o exame médico concluir, desde logo, pela incapacidade total ou definitiva do segurado, hipótese em que a aposentadoria será devida a partir do 16º (décimo sexto) dia, contado da data do laudo médico, desde ainda que requerido o benefício, em documento protocolado no órgão competente do IMSS.

§9º Sob pena de responsabilidade, o pedido será, pelo IMSS, despachado em 5 (cinco) dias úteis.

§10. Aplica-se ao aposentado por invalidez a regra do artigo 14.

Art. 16. Apurada a recuperação da capacidade de trabalho pelo aposentado, ainda que diverso daquele que habitualmente exercia, será determinada sua reversão, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, cassando o pagamento do provento no 5º (quinto) dia útil, contado da data em que tiver sido determinada a reversão.

Art. 17. Os proventos serão integrais, quando a aposentadoria decorrer de acidente em trabalho, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável; nos demais casos, serão proporcionais ao tempo de serviço.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Parágrafo único. Considerando-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere este artigo, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do Mal de Paget (osteíte deformante), síndrome de imunodeficiência adquirida (Aids) e outras que a lei federal indicar, com base na medicina especializada.

Subseção III Da Aposentadoria por Idade

Art. 18. A aposentadoria por idade será devida ao segurado que a requerer, tendo completado 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se do sexo masculino, ou 60 (sessenta) anos, se do sexo feminino.

Parágrafo único. A aposentadoria será proporcional ao tempo de serviço, tornando-se devida, cumpridos os respectivos requisitos e deferida na data em que o requerimento tiver sido protocolado no órgão competente do IMSS.

Art. 19. E compulsória, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a aposentadoria do segurado, aos 70 (setenta) anos de idade.

Parágrafo único. A aposentadoria de que trata este artigo é automática e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor tiver atingido a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Subseção IV Da Aposentadoria por Tempo de Serviço

Art. 20. O segurado pode aposentar-se voluntariamente:

I – com proventos integrais:

a) aos 35 (trinta e cinco) de efetivo serviço, se homem, e aos 30 (trinta) anos, se mulher;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério, se professor, e 25 (vinte e cinco), se professora.

II – com proventos proporcionais, aos 30 (trinta) anos de efetivo serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco), se mulher;

§1º O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço, se acometido de quaisquer moléstias especificadas no parágrafo único do artigo 17, passará a perceber provento integral.

§2º Os proventos de aposentadoria por tempo de serviço serão devidos a partir da data em que a tiver requerido o segurado, desde que deferida, por se haverem cumprido os requisitos.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Seção II Do Auxílio–Natalidade

Art. 21. O auxílio–natalidade é devido à segurada por motivo de nascimento de filho, mesmo no caso de natimorto, em quantia equivalente a 1 (um) salário–mínimo.

§1º Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinquenta por cento), por filho.

§2º O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

§3º É vedada a percepção acumulada do auxílio–natalidade, quando o pai e a mãe forem segurados.

Seção III Do Abono–Família

Art. 22. O abono – família é devido ao segurado ativo ou inativo, por dependente econômico.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para o efeito de percepção do abono–família:

a) o cônjuge ou companheiro e os filhos, incluindo os enteados ou equiparados, até 21 (vinte e um) anos de idade, se inválido, de qualquer idade;

b) o menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do segurado;

c) o pai e a mãe sem economia própria.

Art. 23. Deixa de configurar–se a dependência econômica quando o beneficiário do abono–família passar a perceber vencimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, incluída a pensão ou provento de aposentadoria, em valor igual ou superior a do abono.

Art. 24. Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o abono–família será pago a um deles; quando separados, será pago a um outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Art. 25. O valor da quota do abono–família será de 7,5% (sete e meio por cento) do valor do salário–mínimo regional vigente para os servidores que percebem até 3 (três) salários–mínimos mensais, como vencimento, e de 2% (dois por cento) para os servidores que percebem vencimento mensal acima de 3 (três) salários–mínimos.

Art. 26. O pagamento do abono–família será feito juntamente com o do vencimento ou provento.

Parágrafo único. O regulamento disporá sobre a comprovação dos requisitos de concessão do abono–família.

Art. 27. Em nenhuma hipótese, o abono–família se incorporará a qualquer valor de vencimento ou vantagem, nem servirá de base para qualquer contribuição, mesmo de natureza previdenciária.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Seção IV Da Licença para Tratamento de Saúde

Art. 28. Será concedida ao segurado licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em inspeção médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

§1º A inspeção será feita, obrigatoriamente, por médico ou junta médica do IMSS.

§2º Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do segurado ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

Art. 29. Findo o prazo de licença, o segurado será submetido à nova inspeção médica, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria.

Art. 30. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer doença especificada no parágrafo único do art. 17.

Art. 31. O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido à inspeção médica.

Seção V Da Licença–Natalidade

Art. 32. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.

§1º A licença, salvo antecipação por prescrição médica, poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação.

§2º No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§3º No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e, se julgada apta, reassumirá o exercício.

§4º No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 33. Para amamentar o próprio filho até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

Seção VI Da Licença-Adoção

Art. 34. A servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança de até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Parágrafo único. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este Art. será de 30 (trinta) dias.

Seção VII Da Licença–Paternidade

Art. 35. Pelo nascimento ou adoção de filho, o servidor terá direito à licença–paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Seção VIII Da Licença–Acidente

Art. 36. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 37. Configura o acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I – decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor, no exercício do cargo;

II – sofrido no recurso da resistência para o trabalho e vice-versa.

Art. 38. O servidor acidentado em serviço, que necessitar de tratamento especializado poderá ser tratado em instituições privadas, à contar de recursos públicos.

Art. 39. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, a contar do evento, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

CAPÍTULO III DOS BENEFÍCIOS EM FAVOR DE DEPENDENTES

Seção I Da Pensão

Art. 40. Por morte do segurado, os dependentes fazem jus a uma pensão mensal de valor correspondente ao do respectivo vencimento ou provento e vantagem da data do óbito.

Art. 41. As pensões distinguem-se quanto à natureza, em vitalícias e temporárias.

§1º A pensão vitalícia é composta de cota ou cotas permanentes, que somente se extinguem ou reverterem com a morte de seus beneficiários.

§2º A pensão temporária é composta de cota ou cotas que podem se extinguir ou reverter por motivo de morte, cessação de invalidez ou maioridade do beneficiário.

Art. 42. São beneficiários das pensões:

I – vitalícia:



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

a) o cônjuge;

b) a pessoa desquitada, separada judicialmente ou divorciada, com percepção de pensão alimentícia;

c) o companheiro ou companheira designada que comprove união estável como entidade familiar;

d) a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do segurado;

e) a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob dependência econômica do segurado.

II – temporária:

a) os filhos ou enteados, até 21 (vinte e um) anos de idade, ou, se inválidos, enquanto durar a invalidez;

b) o menor sob guarda ou tutela de segurado, até 21 (vinte e um) anos de idade;

c) o irmão órfão, até 18 (dezoito) anos, e o inválido, enquanto durar a invalidez, que comprovem dependência econômica do servidor;

d) pessoa designada, que viva na dependência econômica do servidor, até 21 (vinte e um), ou, se inválida, enquanto durar a invalidez.

§1º A concessão da pensão vitalícia aos beneficiários de que tratam as alíneas ‘a’, ‘b’ e ‘c’ do inciso I deste artigo exclui desse direito os beneficiários referidos nas alíneas ‘d’ e ‘e’.

§2º A concessão da pensão temporária aos beneficiários de que tratam as alíneas ‘a’ e ‘b’ do inciso II deste artigo exclui desse direito os demais beneficiários referidos nas alíneas ‘c’ e ‘d’.

Art. 43. A pensão será concedida integralmente ao titular da pensão vitalícia, exceto se existirem beneficiários da pensão temporária.

§1º Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão vitalícia, o seu valor será distribuído, em partes iguais, entre os beneficiários habilitados.

§2º Ocorrendo habilitações às pensões vitalícia e temporária, metade do valor caberá ao titular ou titulares da pensão vitalícia sendo a outra metade rateada, em partes iguais, entre titulares da pensão temporária.

§3º Ocorrendo habilitação somente à pensão temporária, o valor integral será rateado, em partes iguais, entre os que se habilitarem.

Art. 44. A pensão poderá ser requerida a qualquer tempo, prescrevendo tão somente as prestações exigíveis há mais de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Concedida a pensão, qualquer prova posterior ou habilitação tardia que implique exclusão de beneficiários ou redução de pensão só produzirá efeitos a partir da data em que for oferecida.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 45. Não faz jus à pensão o beneficiário condenado pela prática de crime doloso de que tenha resultado a morte do segurado.

Art. 46. Será concedida pensão provisória por morte presumida do segurado, nos seguintes casos:

I – declaração de ausência, pela autoridade judiciária;

II – desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III – desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do segurado, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 47. Acarreta perda de qualidade de beneficiário:

I – o seu falecimento;

II – a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

III – a cessação de invalidez, em se tratando de beneficiário inválido;

IV – a maioridade de filho, irmão órfão ou pessoa designada, aos 18 (dezoito) anos de idade;

V – a acumulação de pensão, na forma do artigo 50;

VI – a renúncia expressa.

Art. 48. Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá:

I – da pensão vitalícia para os remanescentes desta pensão ou para os titulares da pensão temporária, se não houver pensionistas remanescentes de pensão vitalícia;

II – da pensão temporária para os co-beneficiários ou, na falta destes, para os beneficiários da pensão vitalícia.

Art. 49. As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores.

Art. 50. Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de mais de duas pensões.

Art. 51. A pensão alimentícia será reajustada na mesma ocasião e nas mesmas bases do reajustamento da pensão.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Seção II Do Auxílio-Funeral

Art. 52. O auxílio-funeral é devido à família do segurado falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da respectiva remuneração ou provento.

§1º No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§2º O auxílio será pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art. 53. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 54. Em caso de falecimento do segurado, em serviço fora do local de trabalho, incluído o exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da entidade a que pertencer o segurado falecido.

Seção III Do Auxílio-Reclusão

Art. 55. à família do segurado ativo é devido o auxílio-reclusão, nos seguintes valores:

I – dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II – metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determinar a perda do cargo.

§1º Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o segurado terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§2º O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o segurado for posto em liberdade, ainda que condicionalmente.

TÍTULO IV DOS BENEFICIÁRIOS

CAPÍTULO I DOS SEGURADOS

Art. 56. São obrigatoriamente segurados do Plano de Seguridade Social:

I – os servidores públicos ocupantes de cargos públicos de qualquer natureza dos Poderes ou de entidade autárquica pública do Município;

II – os titulares de função pública;

III – os contratados nos termos do art. 37, inciso IX da Constituição Federal;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

IV – os ocupantes de cargo de confiança, de provimento em comissão que sejam titulares em cargos em caráter efetivo ou não, no órgão ou entidade.

§1º Os ocupantes de cargo de confiança, que sejam titulares de cargo em caráter efetivo, contribuirão para todos os efeitos, tendo como base de cálculo os vencimentos do respectivo cargo efetivo.

§2º Os ocupantes do cargo de confiança e os contratados nos termos do artigo 37, e incisos da Constituição Federal, não titulares de cargo efetivo, de provimento em comissão, contribuirão, tendo como base seus vencimentos, para todos efeitos, exceto aposentadoria e pensão.

Art. 57. O segurado perderá esta condição:

I – sendo facultativo, não ocupante de cargo público, em caráter efetivo, se o requerer ou mediante exoneração do cargo ou se desligar do serviço público;

II – nos casos não abrangidos no inciso I, se, seja qual for o motivo, perder a condição de servidor público da ativa ou não, de titular da função pública ou de contratado.

CAPÍTULO II DOS DEPENDENTES

Art. 58. Consideram-se dependentes do segurado, para s efeitos desta lei:

I – a esposa; o marido inválido da segurada que não possua outro sistema previdenciário; a companheira mantida, em união estável, há mais de 5 (cinco) anos; os filhos inválidos de qualquer idade; e os filhos de qualquer condição, menores de 21 (vinte e um) anos, sem economia própria;

II – o pai inválido ou a mãe não beneficiário de outro regime previdenciário;

III – os irmãos órfãos, menores de 18 (dezoito) anos e as irmãs solteiras sem economia própria, menores de 21 (vinte e um) anos ou inválidas;

IV – a pessoa designada pelo segurado, não tendo economia própria ou não pertencendo a sistema previdenciário, ou que seja inválida ou tenha menos de 18 (dezoito) anos ou mais de 60 (sessenta) anos de idade.

§1º A existência de dependentes de qualquer das classes enumeradas neste artigo exclui do direito ao benefícios da seguridade social os dependentes relacionados nas classes subseqüentes.

§2º Equiparam-se aos filhos, nos termos do item I, mediante de declaração escrita do segurado:

a) o enteado;

b) o menor que, por determinação judicial se encontre em sua guarda e não possua bens suficientes para próprio sustento e educação, só se admitindo mais de um, quando todos tiverem relação de parentesco, até o terceiro grau, com o segurado;

c) o menor sob tutela, sem bens suficientes para o próprio sustento e educação.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§3º Inexistindo esposa ou marido inválido com direito às prestações, a pessoa designada poderá, mediante declaração escrita do segurado, concorrer com os filhos deste.

Art. 59. É lícita a designação, pelo segurado, de companheira que viva em sua dependência econômica ainda que não exclusiva quando a vida em comum tenha mais de 5 (cinco) anos.

§1º O regulamento disporá sobre a comprovação da vida em comum.

§2º A companheira designada concorrerá com os filhos menores havidos em comum com o segurado, salvo se houver expressa manifestação deste, em contrário.

§3º A dependência econômica das pessoas indicadas no item I do artigo 58 é presumida; e das demais deve ser comprovada pelo segurado, ficando assegurado ao IMSS verificar, em qualquer tempo, mediante sindicância, a existência da dependência.

§4º Não fará jus às prestações o cônjuge judicialmente separado ou divorciado, ao qual não tenha sido assegurada percepção de alimentos, nem o que voluntariamente tenha abandonado o lar há mais de 5 (cinco) anos, ou que, mesmo por tempo inferior, o tenha abandonado e a ele se recuse a voltar desde que a situação haja sido reconhecida em sentença judicial transitada em julgado.

CAPÍTULO III DA INSCRIÇÃO E DA PENA DA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO

Art. 60. A forma de inscrição dos segurados e dependentes será estabelecida em regulamento.

§1º A inscrição dos dependentes incube ao próprio segurado e será feita, sempre que possível, no ato de inscrição deste.

§2º O cancelamento de inscrição do cônjuge será admitido em face de certidão de separação judicial ou divórcio, em que não tenha assegurado alimentos, certidão de anulação de casamentos, prova de óbito ou sentença judicial que reconheça a situação prevista no parágrafo 4º do artigo 59.

§3º O regulamento disporá sobre a perda da qualidade de beneficiário e dependentes, em decorrência de fatores de caráter geral ou em virtude de condições especiais de dependência.

CAPÍTULO IV DOS PERÍODOS DE CARÊNCIA

Art. 61. Período de carência é o correspondente ao número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício.

Parágrafo único. O período de carência será contado da data do ingresso do segurado no plano de seguridade social.

Art. 62. A concessão das prestações pecuniárias do plano de seguridade social depende dos seguintes períodos de carência:

I – aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-natalidade: 12 (doze) contribuições mensais;



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

II – aposentadoria por idade e por tempo de serviço: 12 (doze) contribuições mensais.

§1º Independência de carência a concessão das seguintes prestações:

a) abono-família, auxílio-reclusão, auxílio-funeral e pensão por morte;

b) aposentadoria por invalidez nos casos de acidente em serviço, doença profissional ou do trabalho e doença grave, contagiosa ou incurável (parágrafo único do artigo 17).

CAPÍTULO V DA BASE DE CÁLCULO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS

Art. 63. O valor de benefício (VB) ser calculado sobre o valor de contribuição do segurado (VC), recolhido ao IMSS, no mês anterior ao da morte, no caso de pensão; sobre o valor de contribuição, no mês anterior ao de concessão do benefício nos demais casos.

TÍTULO V DO FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

CAPÍTULO I DO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL

Art. 64. O plano de seguridade social será custeado com as contribuições:

I – dos segurados, em geral;

II – de cada poder e de cada autarquia ou fundação pública do Município.

CAPÍTULO II DOS CONTRIBUINTES

Art. 65. São contribuintes do plano de seguridade social os segurados, em geral, nos termos do art. 56.

CAPÍTULO III DO CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 66. A contribuição mensal do segurado para o IMSS é calculada mediante a aplicação da alíquota correspondente, de forma não cumulativa sobre o valor de remuneração mensal.

§1º Para o efeito da contribuição de que trata este artigo, descontar-se-á 8% (oito por cento) sobre o valor da remuneração mensal do servidor.

§2º A contribuição mensal de cada poder e entidade autárquica ou fundacional para o IMSS corresponderá a 150% (cento e cinquenta por cento) da contribuição mensal dos segurados, calculada na forma do parágrafo 1º deste artigo.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§3º Para evitar que o percentual de contribuição possa refletir no montante mensal de recolhimento do fundo, o quadro de cargos e salários vigentes somente poderá ser alterado para racionalizar planos de carreira, cargos e salários, nunca para ferir direitos adquiridos.

§4º Sem a necessidade de revisão geral das alíquotas de contribuição instituídas, cada poder ou entidade autárquica ou fundacional deverá suplementar o IMSS em até 50% (cinquenta por cento) da contribuição mensal dos segurados, calculada na forma do parágrafo 1º deste artigo, em caso de déficit mensal comprovado do IMSS.

Art. 67. Integram a remuneração de contribuição do segurado:

- a) o vencimento do cargo de provimento efetivo ou em comissão;
- b) o adicional por tempo de serviço;

Parágrafo único. Não integram a remuneração do segurado, para o efeito de cálculo de sua contribuição para o IMSS:

- a) o abono-família;
- b) a ajuda de custo;
- c) o auxílio-natalidade;
- d) o auxílio-reclusão;
- e) a parcela recebida a título de vale-transporte;
- f) as diárias de viagem, desde que não excedam a 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal.

Art. 68. Considera-se contribuinte autônomo todo aquele que, embora sem vínculo de servidor público, presta serviço ao órgão ou entidade, mediante contrato, a qualquer título.

Parágrafo único. Aplica-se ao contribuinte autônomo a tabela do artigo 66.

Art. 69. O servidor licenciado sem vencimento contribuirá diretamente para o IMSS, se o desejar.

§1º Reincluído o segurado, em folha de pagamento, o setor compete dos serviços de pessoal comunicará o fato, em 5 (cinco) dias ao IMSS.

§2º No caso de acumulação legal de cargos ou funções o cálculo da contribuição incidirá sobre as remunerações mensais correspondentes aos cargos ou funções exercidas.

§3º Não ficam isentos da contribuição os segurados aposentados pela Prefeitura e os que vierem a se aposentar a partir de um ano da data de publicação desta lei.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

CAPÍTULO IV DA ARRECAÇÃO E RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Art. 70. Obriga-se o poder ou entidade a :

I – arrecadar as contribuições dos segurados obrigatórios descontando-as das respectivas remunerações;

II – recolher ao IMSS o produto das contribuições arrecadas ao que se refere o inciso I;

III – recolher ao IMSS juntamente com o produto da arrecadação das contribuições dos segurados (inciso I), a contribuição mensal de sua responsabilidade (artigos 68 e 70).

§1º O produto do desconto e a arrecadação das contribuições devidas pelos segurados e pelo poder ou entidade (incisos I e II deste artigo) será recolhido ao IMSS mediante depósito em estabelecimento bancário oficial por este indicado, até o 15º (décimo quinto) dia do mês seguinte àquele que a resposta das contribuições.

§2º O poder ou entidade fornecerão ao IMSS, dentro do prazo previsto no parágrafo primeiro, relação nominal dos contribuintes, com indicações das respectivas importâncias descontadas.

§3º Excedido o prazo a que se refere o parágrafo primeiro, incidirá sobre a quantia devida a multa, calculada sobre a contribuição total devida, correspondente a 1% (um por cento) sobre o total por dia de atraso no recolhimento acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês e de correção monetária.

Art. 71. O segurado facultativo (artigo 66, parágrafo único) recolherá as contribuições diretamente à tesouraria do IMSS, salvo titulares de cargos em comissões, caso em que o recolhimento será feito segundo a regra geral.

Art. 72. O segurado não será considerado em mora se seu órgão ou entidade incidir em atraso no recolhimento, ao IMSS, das contribuições descontadas.

Parágrafo único. Os descontos das contribuições se presumem feitos no ato de quitação das respectivas folhas de pagamento, ficando os agentes pagadores solidariamente responsáveis pelas importâncias que deixarem de descontar ou que descontarem integralmente.

Art. 73. Considera-se apropriação indébita punível na forma da lei, não recolher ou recolher, com atraso, as contribuições descontadas em favor do IMSS.

Art. 74. A Câmara Municipal, por iniciativa de vereador ou mediante provocação do segurado, adotará as providências que couberem no sentido de apuração de responsabilidade de dirigente do poder ou entidade, pelo não recolhimento ao IMSS da importância a ele devida.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 75. Durante 1 (um) ano, a contar da publicação desta lei, o poder público e as entidades autárquicas e fundacionais municipais serão responsáveis pelas prestações previdenciárias (artigo 13) exceto as aposentadorias por tempo de serviço ou por idade.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 76. É facultado ao Município e à entidade celebrar convênio com entidades especializadas, para as prestações previdenciárias (artigo 13) ou algumas delas, salvo aposentadorias.

Art. 77. Durante o período a que se refere o artigo 75:

I – não será admitida a inscrição de segurado facultativo;

II – o IMSS contará, para o desempenho de atividades administrativas, de caráter executivo, apenas com a participação de servidores do Município ou entidades, postos à disposição do Instituto sem ônus para este;

III – ao IMSS, o Executivo assegurará os recursos necessários à sua instalação ou funcionamento, previstos no orçamento do Município ou calculados com base no orçamento do IMSS.

Art. 78. Para ocorrer à despesa decorrente desta lei utilizar-se-ão dotações dos orçamentos dos poderes ou entidades assegurados os recursos na forma da lei.

Art. 79. A presente lei somente poderá ser alterada por votação de 2/3 (dois terços) dos membros do Legislativo Municipal.

Art. 80. A partir da data da promulgação desta lei, os servidores ou funcionários que ingressarem no serviço público municipal só poderão ter direito à aposentadoria por tempo de serviço, pelo IMSS, após 60 (sessenta) meses de contribuição.

Art. 81. Revogadas as disposições em contrário, esta lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1 de maio de 1993.

Passa Quatro, 25 de junho de 1993.

Paulo Egídio Fonseca de Luca
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes
Diretor Administrativo